

Plantando a servidão

Por sugestão do governador Leonel Brizola, o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro acaba de proibir a reprovação dos alunos da rede pública carioca nos cinco primeiros anos de escolaridade (o índice de evasão escolar no Rio atinge 53% dos estudantes somente no primeiro ano). O argumento é que “a repetência desmotiva o estudante, fere sua auto-estima e afeta seu aproveitamento”, e que “a reprovação é uma punição para o menino pobre, como se ele fosse o culpado por seu fracasso escolar” —, como diz o luminoso secretário de Assuntos Especiais do Rio, Darcy Ribeiro.

Se nem com a distribuição diária de comida as escolas cariocas conseguem atrair e manter seus alunos, é óbvio e cristalino que isso ocorre porque a população, mesmo a mais pobre, tem plena consciência de que não ganha nada do que uma educação digna desse nome costuma garantir para a vida futura de quem a recebe nesses centros de distribuição de rações grátis em que a baixa política está transformando o sistema de educação pública do Brasil. E a “aprovação automática” obviamente não contribuirá em nada para mudar esse quadro.

A receita de sucesso de países como a Alemanha e o Japão — destruídos pela guerra e que começaram a sua recuperação a partir dos anos 50 — ou como a Coreia, Formosa, Malásia, Singapura e Hongcong, que iniciaram sua ascensão nos anos 70, para conseguir a impressionante explosão econômica que obtiveram em pouquíssimo espaço de tempo, foi o investimento maciço em educação para a formação de seus recursos humanos e a capacitação de sua juventude para vencer profissionalmente, obter bons salários e conquistar um bom padrão de vida e, assim, integrar-se na economia nacional. É a isso — e não a qualquer outra coisa — que se chama, em todo o mundo, “desenvolvimento econômico”, que não precisa do Estado para acontecer, a não ser nesta ponta do fornecimento de uma educação básica competente, capaz de dar chances iguais de progresso a todos os cidadãos, independentemente de suas condições econômicas no início da vida.

Mas se nem os Estados mais ricos do mundo têm dinheiro para bancar qualquer coisa que sobrecarregue ou atrapalhe a tarefa de preparar as novas gerações, no Brasil, onde o Estado está completamente falido, a educação, que já tem de disputar verbas com todas as

outras atividades onde o Estado está metido indevidamente, ainda divide os escassos recursos que lhe reservam da educação com aquilo que deve ser o maior programa assistencialista do Planeta: a distribuição diária de 36 milhões de refeições grátis.

Apesar de todas as boas intenções alegadas para justificá-lo, trata-se de um sistema perverso, que cria um círculo vicioso que contribui talvez como nenhum outro para afundar o País mais e mais no pântano da servidão política e da involução econômica. Cada um dos 36 milhões de pratos servidos por dia nas escolas brasileiras é pago com os impostos que esmagam as empresas e encurtam os salários dos trabalhadores. Assim sacrificados, eles se tornam dependentes dos políticos para alimentar seus filhos, o que tem um nefasto poder de **deseducação** política e social. E seus filhos, por não disporem de uma educação digna desse nome, acabam, ao crescerem, se tornando trabalhadores desqualificados, incapazes, por sua vez, de ganhar o suficiente para alimentar seus filhos, o que os joga de volta, de mãos atadas, aos mesmos políticos que os “alimentaram” na infância. E não se pode esquecer, ainda, a enorme rede de corrupção que se estabelece em cima da produção e do fornecimento desses 36 milhões de refeições grátis diárias, que rouba mais uma grande parcela do dinheiro que poderia ser usado para melhorar a qualidade do ensino.

O pior prejuízo que a Nação leva com isso é que a educação é a condição essencial da libertação individual e coletiva (política) dos cidadãos. Ou seja, é a condição essencial da democracia. É por isso que, enquanto os governantes dos países já libertados, sob pressão de uma opinião pública educada e organizada, faz do aperfeiçoamento do sistema educacional o principal tema de todas as campanhas eleitorais, o que resulta numa independência cada vez maior dos cidadãos e na melhoria contínua do seu padrão de vida, a máfia política que nos domina semeia — também naquilo a que chama de “ensino público” e em nome dos direitos humanos — a miséria e a ignorância que garantirão o crescimento permanente da população dependente da “caridade” pública e o florescimento permanente desse grande e obscuro “negócio” em que se está transformando a política no Brasil.